Câmara Municipal de Tremembé

Estado de São Paulo

PROCESSO N.º 103 / 85

PROJETO DE LEI N.º 90/85

Autor: Prefeito Municipal

Assunto: "Das Taxas decorrentes do efetivo exercício do Poder de Polícia Administrativa"

TREMEMBÉ, 21 **DE** dezembro **DE 19** 85

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

Of. N.º 678/85.

Tremembé, 20 de dezembro de 198 5

SENHOR PRESIDENTE:

Trazemos à consideração dessa Douta Casa, o incluso Projeto de Lei, o qual versa sobre uma melhor arrecadação para os cofres municipais, alterando a maneira de cobrança da Taxa de Localização e Funcionamento e outras relativas às atividades comerciais e industriais no Município, bem como buscando encontrar uma solução adequada ao problema de existência de certa defazagem nos critérios atuais de recolhimento desses tributos.

Com essa propositura aprovada, esse Executivo poderá agir com mais justiça, favorecendo os pequenos e médios empresários, sem contudo prejudicar aqueles de maior porte, já que uns e outros cooperam no crescimento de nosso Município.

Dada a relevância da matéria, rogamos seja sua apreciação feita em regime de urgência, de conformidade com o que dispõe o § 1º, do artigo 26, da Lei Orgânica dos Municípios.

Neste ensejo, com reiterados votos de estima e distinguida consideração, firmamo-nos mui

Respeitosamente.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Vereador ANTONIO CARLOS FERREIRA.
DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de
TREMEMBÉ-SP.

Câmara Municipal de Tremembé - SP
PROTOCOLO N.o 1.324
DATA 21 / 12 / 85

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— C. E. P. 12.120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 090/85.

"Das Taxas decorrentes do efetivo exercício do Poder de Polícia Administrativa".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

Do fato gerador e do contribuinte

ARTIGO 1º - As taxas de licença têm como fato gerador o efetivo exercício regular do poder de polícia administrativa do Município, mediante a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias e outros atos administrativos.

ARTIGO 2º - Considera-se exercício do poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

§ 1º - Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com a observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

§ 2º - O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do Município, dependentes, nos termos desta lei, de prévia licença da Prefeitura.

ARTIGO 3º - As taxas de licença serão devidas para:

I - localização;

II - fiscalização de funcionamento em horário normal e especial;

III - exercício da atividade do comércio ambulante;

IV - execução de obras particulares;

V - publicidade.

ARTIGO 4º - O contribuinte das taxas de licença é a pessoa física ou jurídica que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do artigo 1º.

Da base de cálculo e da alíquota.

ARTIGO 5º - A base de cálculo das taxas de polícia administrativa do Município é o custo estimado da atividade despendida com o exercício regular do poder de polícia.

ARTIGO 6º - O cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa será procedido com base nas tabelas que acompanham cada espécie tributária a seguir, levando-se em conta os períodos, critérios e alíquotas nelas indicadas.

Da Inscrição.

ARTIGO 7º - Ao requerer a licença, o contribuinte fornecerá à Prefeitura os elementos e informações necessárias à sua inscrição no Cadastro Fiscal.

Do Lançamento.

ARTIGO 8º - As taxas de licença podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas dos avisos-recibos constarão, obrigatóriamente, os elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Da Arrecadação.

ARTIGO 9º - As taxas de licença serão arrecadadas antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos

ao poder de polícia administrativa do Município, mediante guia oficial preenchida pelo contribuinte, observando-se os prazos estabelecidos nesta lei.

Das Penalidades.

ARTIGO 10 - O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos, sujeitos ao poder de polícia do Município e dependentes de prévia licença, sem a autorização da Prefeitura, e sem o pagamento da respectiva taxa de licença, ficará sujeito:

I - correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal, para a atualização dos créditos tributários;

II - à multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente;

III - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre o valor originário.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao contribuinte reincidente será imposta a multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor corrigido da taxa devida, com as demais cominações deste artigo.

Da Isenção.

ARTIGO 11 - São isentos do pagamento da taxa de licença:

I - os vendedores ambulantes de Jornais e Revistas;

II - os engraxates ambulantes;

III - os vendedores de artigos de artesanato doméstico e arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregados;

IV - as associações de classe, associações religiosas, clubes esportivos, escolas primárias sem fins lucrativos, orfanatos e asilos;

V - os parques de diversões com entradas gratuitas;

VI - os dizeres indicativos, relativos a:

a) hospitais, casas de saúde e congêneres, colégios, sítios, chácaras e fazendas, firmas, engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto ou execução de obras, quando nos locais dessas;

b) propaganda eleitoral, política, atividade Sindical, culto religioso e atividades da Administração Pública;

VII - os cegos mutilados e os incapazes permanentemente que exerçam o comércio eventual ou ambulante em terrenos, vias e logradouros públicos.

ARTIGO 12 - As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para a sua concessão, que deve ser apresentado até o último dia útil do mês de dezembro de cada exercício, sob pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte.

PARÁGRAFO ÚNICO - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se àquela documentação.

Da taxa de licença para localização.

ARTIGO 13 - Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à indústria, ao comércio, à prestação de serviços, ou a qualquer outra atividade, em caráter permanente ou temporário, só poderá instalar-se mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa de licença para localização.

§ 1º - Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, e especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

§ 2º - A taxa de licença para localização também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

ARTIGO 14 - A licença para localização será devida desde que as condições de zoneamento, higiene, segurança do estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida, observados os requisitos da legislação Municipal.

§ 1º - Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento.

§ 2º - A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições de legitimidade que provocou a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

§ 3º - As licenças serão concedidas sob a forma de ALVARÁ, que deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização.

§ 4º - A taxa de localização será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município.

§ 5º - O Contribuinte comunicará à repartição fiscal, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data em que ocorrerem, a transferência, a qualquer título, a mudança de enderêço, a alteração de sócios, o encerramento de atividades do estabelecimento, bem como quaisquer outras alterações dos dados anteriormente declarados, sob pena de ser multado em importância equivalente a 03 (três) ORTN'S do mês em que se der a comunicação.

ARTIGO 15 - A taxa de licença para localização é devida de acordo com a seguinte tabela, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se , quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º a 11, desta lei.

T A B E L A

NATUREZA DA ATIVIDADE	ALÍQUOTAS - PERCENTUAIS SOBRE O VALOR-REFERÊNCIA
1. INDÚSTRIA.....	50%
2. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	40%
3. COMÉRCIO.....	40%
4. ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	150%
5. DIVERSÕES PÚBLICAS.....	100%
6. PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS.....	20%
7. FEIRANTES.....	40%
8. QUAISQUER OUTRAS ATIVIDADES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, AGROPECUÁRIAS E FINANCEIRAS, NÃO INCLUÍDAS NESTA TABELA, ASSIM COMO QUAISQUER ESTABELECIMENTOS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE, DE MODO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO PRESTEM OS SERVIÇOS OU EXERÇAM AS ATIVIDADES CONSTANTES DA LISTA DE SERVIÇOS EM QUE RECAIAM O PAGAMENTO DE ISS, NÃO INCLUÍDOS NESTA TABELA.....	50%

Da taxa de licença para funcionamento em horário normal e especial

ARTIGO 16 - Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à indústria, ao comércio, à prestação de serviços, ou a qualquer outra atividade, só poderá exercer suas atividades, em caráter permanente ou temporário, mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento anual da taxa de licença para funcionamento.

§ 1º - Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

§ 2º - A taxa de licença para funcionamento também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

ARTIGO 17 - As pessoas relacionadas no artigo anterior que queiram manter seus estabelecimentos abertos fora do horário normal, nos casos em que a lei o permitir só poderão iniciar suas atividades mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa correspondente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se horário especial o período correspondente aos domingos, dias santos e feriados, em qualquer horário, e, nos dias úteis, das 18 às 6 horas.

ARTIGO 18 - Para os estabelecimentos abertos em horário especial, a taxa de licença para funcionamento será acrescida das seguintes alíquotas:

I - domingos e feriados: 50% da taxa devida;
II - das 18 às 24 horas: 20% da taxa devida;
III - das 24 às 6 horas: 10% da taxa devida.

ARTIGO 19 - Os acréscimos constantes do artigo 18 não se aplicam às seguintes atividades:

I - impressão e distribuição de jornais;
II - serviços de transportes coletivos;
III - institutos de educação e de assistência social;
IV - farmácias, hospitais e congêneres.

ARTIGO 20 - A licença para funcionamento será concedida desde que observadas as condições constantes do poder de polícia administrativa do Município.

§ 1º - Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento ou no exercício da atividade.

§ 2º - A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

§ 3º - As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização.

§ 4º - A taxa de licença para funcionamento é anual e será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, na seguinte conformidade:

I - total, se a atividade se iniciar no primeiro semestre;

II - pela metade, se a atividade se iniciar no segundo semestre.

ARTIGO 21 - Nos casos de atividades múltiplas, exercidas no mesmo estabelecimento, a taxa de licença para funcionamento será calculada e paga levando-se em consideração a atividade sujeita a maior ônus fiscal.

ARTIGO 22 - A taxa de licença para funcionamento é devida de acordo com a seguinte tabela, e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada nos prazos e datas fixados no aviso de lançamento, aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º a 11, desta lei.

T A B E L A

NATUREZA DA ATIVIDADE	PERÍODO ANUAL	ALÍQUOTAS - PERCENTUAIS SOBRE O VALOR-REFERÊNCIA
1. INDÚSTRIA:		
a) até 10 empregados		150%
b) de 11 a 20 empregados		300%
c) de 21 a 50 empregados		600%
d) de 51 a 100 empregados		1.200%
e) acima de 101 empregados		2.400%

2.	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA:	
	a) até 10 empregados.....	50%
	b) de 11 a 20 empregados.....	100%
	c) de 21 a 50 empregados.....	200%
	d) de 51 a 100 empregados.....	400%
	e) acima de 101 empregados....	600%
3.	COMÉRCIO:	
	I - Supermercados, Panificadoras, churrascarias, restaurantes e mercadinhos.....	350%
	II - Venda de gêneros alimentícios em geral (emporios, mercearias e estabelecimentos de pequeno porte).....	200%
	III - Bar com bilhar e quaisquer outros jogos de mesa, exceto jogo carteado.....	60%
	IV - Bares.....	40%
	V - Lanchonetes.....	50%
	VI - Bancas de jornais e revistas.....	20%
	VII - Açougues e quitandas...	30%
4.	ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO DE SEGUROS, DE CAPITALIZAÇÃO E SIMILARES.....	450%
5.	HOTÉIS, PENSÕES E SIMILARES...	200%
6.	MOTÉIS - por apartamento.....	50%
7.	DRIVE-IN's - por box.....	10%
8.	DIVERSÕES PÚBLICAS:	
	I - bailes e festas.....	150%
	II - cinemas e teatros.....	100%

III	- restaurantes dançantes, boates e similares.....	120%
IV	- bilhares e quaisquer outros jogos de mesa - por mesa...	20%
V	- boliches - por pista.....	60%
VI	- tiro ao alvo - por arma....	100%
VII	- exposições, feiras e quermesses.....	50%
VIII	- circos e parques de diversões não incluídos nos itens anteriores.....	50%
IX	- competições esportivas.....	50%
X	- quaisquer espetáculos ou diversões não incluídas nos itens anteriores.....	25%
9.	REPRESENTANTES COMERCIAIS AUTÔNOMOS, CORRETORES, DESPACHANTES, CORRETORES, DESPACHANTES, AGENTES E PREPOSTOS EM GERAL, MEDIADORES DE NEGÓCIOS E OUTROS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS.....	30%
10.	ARMAZÉNS GERAIS, FRIGORÍFICOS, SILOS, GUARDA-MÓVEIS.....	300%
11.	ESTACIONAMENTOS DE VEÍCULOS.....	50%
12.	ESTACIONAMENTO DE TAXIS (POR UNIDADE).....	20%
13.	ESTÚDIOS FOTOGRÁFICOS, CINEMATOGRÁFICOS E DE GRAVAÇÃO.....	50%
14.	CASAS DE LOTERIA.....	100%
15.	OFICINA DE CONSERTOS EM GERAL....	50%
16.	POSTOS DE SERVIÇO PARA VEÍCULOS, DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS, EXPLOSIVOS E SIMILARES.....	100%

17.	TINTURARIAS E LAVANDERIAS...	50%
18.	SALÕES DE ENGRAXATES.....	25%
19.	BARBEARIAS, SALÕES DE BELEZA, ESTABELECIMENTOS DE BANHOS, DUCHAS, MASSAGENS, GINÁSTICAS E CONGÊNERES.....	25%
20.	ENSINO DE QUALQUER GRAU OU NATUREZA.....	100%
21.	LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS E ELETRICIDADE MÉDICA.	200%
22.	HOSPITAIS, SANATÓRIOS, AMBULATÓRIOS, PRONTO-SOCORROS, CASAS DE SAÚDE E CONGÊNERES.	300%
23.	FEIRANTES:	
	I - venda de produtos alimentícios em geral....	100%
	II - venda de produtos de limpeza e higiene.....	100%
	III - venda de outros produtos.....	50%
24.	QUAISQUER OUTRAS ATIVIDADES COMERCIAIS, INDÚSTRIAIS, AGROPECUÁRIAS E FINANCEIRAS, NÃO INCLUÍDAS NESTA TABELA, ASSIM COMO QUAISQUER ESTABELECIMENTOS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE, DE MODO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO, PRESTEM OS SERVIÇOS OU EXERÇAM AS ATIVIDADES CONSTANTES DA LISTA DE SERVIÇOS EM QUE RECAIAM O PAGAMENTO DE ISS, NÃO INCLUÍDOS NESTA TABELA.....	70%

Da taxa de licença para o exercício da atividade de comércio ambulante.

ARTIGO 23 - Qualquer pessoa que queira exercer o comércio ambulante poderá fazê-lo mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa de licença de comércio ambulante.

§ 1º - Considera-se comércio ambulante o exercido individualmente, sem estabelecimento, instalações ou localização fixa, com característica eminentemente não sedentária.

§ 2º - A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, sempre que houver qualquer modificação nas características do exercício da atividade.

ARTIGO 24 - Ao comerciante ambulante, que satisfizer as exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais de sua inscrição, a ser apresentado, quando solicitado.

ARTIGO 25 - Respondem pela taxa de licença de comércio ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

ARTIGO 26 - Estão isentos da taxa de licença de comércio ambulante os portadores de deficiência física e os vendedores de livros, jornais, revistas e os engraxates.

ARTIGO 27 - A taxa de licença de comércio ambulante é anual, mensal ou diária e será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do artigo 29.

PARÁGRAFO ÚNICO - A taxa de licença de comércio ambulante, quando anual, será recolhida na seguinte conformidade:

I - total, se a atividade se iniciar no primeiro semestre;

II - pela metade, se a atividade se iniciar no segundo semestre.

ARTIGO 28 - A licença para o comércio eventual ou ambulante poderá ser cassada e determinada a proibição do seu exercício, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumpriu as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do exercício de sua atividade.

ARTIGO 29 - A taxa de licença de comércio ambulante é devida de acordo com a seguinte tabela, e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º a 11, desta Lei.

NATUREZA DA ATIVIDADE	Por dia	Por mês	Por ano
1. gêneros alimentícios.....	5%	15%	50%
2. artigos para fumantes.....	6%	25%	70%
3. louças, ferragens, artigos plásticos e congêneres.....	5%	25%	70%
4. jóias, relógios e congêneres....	5%	25%	70%
5. bijuterias.....	5%	25%	70%
6. roupas feitas e armarinhos.....	5%	30%	80%
7. redes, tapetes e congêneres.....	5%	30%	80%
8. outras atividades.....	5%	25%	70%

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de atividades múltiplas, exercidas pela mesma pessoa, a taxa de licença do comércio ambulante será calculada e paga, levando-se em consideração a atividade sujeita ao maior ônus fiscal.

Da taxa de licença para execução
de obras particulares

ARTIGO 30 - Qualquer pessoa física ou jurídica que queira construir, reconstruir, reformar, reparar, acrescer ou

demolir edifícios, casas, edículas, muros, grades, guias e sarjetas, assim como proceder ao parcelamento do solo urbano, à colocação de tapumes ou andaimes, e quaisquer outras obras em imóveis, está sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para execução de obras.

§ 1º - A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação urbanística aplicável.

§ 2º - A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

ARTIGO 31 - Estão isentas dessa taxa:

I - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;

II - a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obra já licenciada pela Prefeitura.

ARTIGO 32 - A taxa de licença para execução de obra é devida de acordo com a seguinte tabela e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º a 11, desta Lei.

T A B E L A

NATUREZA DAS OBRAS	ALÍQUOTA - PERCENTUAL SOBRE O VALOR-DE-REFERÊNCIA (VR)		
1. OBRAS DE:	Construção	Reforma	Ampliação
a) edifícios ou casas até dois pavimentos, por m2 de área construída.....	0,40%	0,30%	0,20%
b) edifícios ou casas com mais de dois pavimentos, por m2 de área construída.....	0,60%	0,50%	0,40%
c) dependência em prédios residenciais, por m2 de área construída.....	0,30%	0,20%	0,10%

d) dependências em quaisquer outros prédios, para quaisquer finalidades, por m2 de área construída.....	0,20%	0,10%	0,05%
e) barracões e galpões, por m2 de área construída.....	0,30%	0,20%	0,10%
f) fachadas e muros, por metro linear.....	0,30%	0,30%	0,30%
g) marquises, cobertas e tapumes, por metro linear.....	0,70%	0,60%	0,50%
h) reparos e demolições, por m2.....		0,20%	
i) execução, colocação ou remoção de bomba de gasolina, chaminé ou reservatório, enterrado ou elevado, para uso não residencial.....		0,50%	
j) Loteamentos de áreas, excetuando-se as destinadas a logradouros públicos, vielas e sistemas de recreio - Por m2.....		0,40%	
l) Divisão de áreas voltadas para logradouros públicos oficiais.....		0,05%	
m) Desmembramento de área de porção maior: Por m2 de área desmembrada.....		0,10%	
n) Remanejamento de lotes em loteamentos já aprovados: Por m2 de área remanejada.....		0,08%	
2. DIVERSAS:			
a) Alvará de licença, expedido..		10,00%	
b) Alvará para loteamento.....		100,00%	

c) Alvará para divisão, desmembramento ou remanejamento de lotes.....	50,00%
d) Vistoria em área urbana...	10,00%
e) Vistoria em bairros isolados.....	15,00%
f) Vistoria em outras áreas..	20,00%
g) Alinhamento. Por metro linear.....	5,00%
h) Nivelamento. Por metro linear.....	5,00%
i) Concessão de Habite-se.Por unidade: Residencial.....	10,00%
Comercial.....	70,00%
Industrial.....	120,00%
j) Numeração de prédios. Por unidade.....	10,00%
3. OBRAS NO CEMITÉRIO:	
a) Construção de túmulos de luxo.....	30,00%
b) Construção de túmulos comuns.....	10,00%
c) Construção de canteiros, gavetas e pequenas reformas.....	5,00%
4. QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTA TABELA:	
a) por metro linear.....	5,00%
b) por metro quadrado.....	2,00%

Da taxa de licença
para publicidade

ARTIGO 33 - A publicidade levada a efeito através de quaisquer instrumentos de divulgação ou comunicação de todo tipo ou espécie, processo ou forma, inclusive as que contiverem

apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades, mesmo aqueles fixados em veículos, fica sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para publicidade.

ARTIGO 34 - Respondem pela observância das disposições desta seção todas as pessoas, físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar.

ARTIGO 35 - O pedido de licença deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando o local em que se pretender colocar anúncio não for de propriedade do requerente, deverá esse juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

ARTIGO 36 - Nos instrumentos de divulgação ou comunicação deverá constar, obrigatoriamente, o número de identificação fornecido pela repartição competente.

ARTIGO 37 - A publicidade escrita fica sujeita a revisão da repartição competente.

ARTIGO 38 - A taxa de licença para publicidade é devida de acordo com a seguinte tabela e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º a 11, desta Lei.

T A B E L A

ESPÉCIE DE PUBLICIDADE	Períodos e Alíquotas Percentuais sobre o Valor-de-Referência (VR)
1. Publicidade relativa a atividade exercida no local, afixada na parte externa ou interna de esta	

belecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros - Qualquer espécie ou quantidade..... 25%

2. Publicidade de terceiros, afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros - Qualquer espécie ou quantidade, por interessado na publicidade... 35%

3. Publicidade:

3.1 - no interior de veículos de uso público não destinado à publicidade como ramo de negócio -Qualquer espécie ou quantidade, por anunciante..... 30%

3.2 - em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, sonora ou escrita, na parte externa - Qualquer espécie ou quantidade, por anunciante..... 40%

3.3 - em cinemas, teatros, circos, boates e similares, por meio de projeção de filmes ou diapositivos - Qualquer quantidade, por anunciante..... 20%

3.4 - em vitrines, "stands", vestíbulos e outras dependências de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de prestação de serviços e outros, para a divulgação de produtos ou serviços estranhos ao ramo de atividade do contribuinte - Qualquer espécie ou quantidade, por anunciante..... 20%

4. Publicidade em placas, painéis, cartazes, letreiros, tabuletas, faixas e similares, colocados em terrenos, tapumes, platibandas, andaimes, muros, telhados, paredes, terraços, jardins, cadeiras, bancos, toldos, mesas, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais - Por anunciante:

a) Até 2 m2..... 20%
b) De 2 m2 até 6 m2..... 30%
c) Acima de 6 m2..... 50%

5. Publicidade por meio de projeção de filmes, diapositivos ou similares, em vias ou logradouros públicos - Qualquer quantidade, por anunciante..... 10%

ARTIGO 39 - Estão isentos da taxa de licença para publicidade, se o seu conteúdo não tiver caráter publicitário:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais, em qualquer caso;

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;

III - tabuletas indicativas de hospitais, casas de saúde, ambulatórios e pronto-socorros;

IV - placas colocadas nos vestíbulos de edifícios, nas portas de consultórios, de escritórios e de residências, identificando profissionais liberais, sob a condição de que contenham apenas o nome e a profissão do interessado, e não tenham dimensões superiores a 40 cm x 15 cm;

V - placas indicativas, nos locais de construção, dos nomes de firmas, engenheiros e arquitetos responsáveis pelos projetos ou execução de obras particulares ou públicas.

ARTIGO 40 - A publicidade deve ser mantida em bom estado de conservação e em perfeitas condições de segurança, sob pena de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor da taxa de licença para publicidade e cassação da licença.

ARTIGO 41 - O Valor de Referência para efeito de cobrança das taxas a que se refere esta lei é o vigente no Município, a 1º de janeiro ao exercício a que se referir o lançamento.

ARTIGO 42 - O Poder Executivo poderá, através de Decreto, regulamentar esta lei no todo ou em parte, se necessário.

ARTIGO 43 - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1986, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de dezembro de 1985.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

PARECER DISPENSADO
À QUERIMENTO Nº ...../...../.....
Sala das Sessões, em 26/12/85
Presidente

Aprovado em Discussão Única
Sala das Sessões, em 26/12/85
Presidente
2º Secretário

AUTÓGRAFO DA LEI Nº 1.414

"Das Taxas decorrentes do efetivo exercício do Poder de Polícia Administrativa".

A CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ APROVOU:

DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

Do fato gerador e doccontribuinte

Artigo 1º - As taxas de licença têm como fato gerador o efetivo exercício regular do poder de polícia administrativa do Município, mediante a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias e outros atos administrativos.

Artigo 2º - Considera-se exercício do poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

§ 1º - Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com a observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

§ 2º - O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do Município, dependentes, nos termos desta lei, de prévia licença da Prefeitura.

Artigo 3º - As taxas de licença serão devidas para:

I - localização;
II - fiscalização de funcionamento em horário normal e especial;
III - exercício da atividade do comércio ambulante;
IV - execução de obras particulares;
V - publicidade.

Artigo 4º - O contribuinte das taxas de licença é a pessoa física ou jurídica que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do artigo 1º.

Da base de cálculo e da alíquota.

Artigo 5º - A base de cálculo das taxas de polícia administrativa do Município é o custo estimado da atividade despendida com o exercício regular do poder de polícia

Artigo 6º - O cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa será procedido com base nas tabelas que acompanham cada espécie tributária a seguir, levando-se em conta os períodos, critérios e alíquotas nelas indicadas.

Da Inscrição

Artigo 7º - Ao requerer a licença, o contribuinte fornecerá à Prefeitura os elementos e informações necessárias à sua inscrição no Cadastro Fiscal.

Do Lançamento.

Artigo 8º - As taxas de licença podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas dos avisos-recibos constarão, obrigatóriamente, os elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Da Arrecadação

Artigo 9º - As taxas de licença serão arrecadadas antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos

ao poder de polícia administrativa do Município, mediante guia oficial preenchida pelo contribuinte, observando-se os prazos estabelecidos nesta lei.

Das Penalidades.

Artigo 10 - O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos, sujeitos ao poder de polícia do Município e dependentes de prévia licença, sem a autorização da Prefeitura, e sem o pagamento da respectiva taxa de licença, ficará sujeito:

I - correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal, para a atualização dos créditos tributários;

II - à multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente;

III - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre o valor originário.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao contribuinte reincidente será imposta a multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor corrigido da taxa devida, com as demais cominações deste artigo.

Da Isenção

Artigo 11 - São isentos do pagamento da taxa de licença:

I - os vendedores ambulantes de Jornais e Revistas;

II - os engraxates ambulantes;

III - os vendedores de artigos de artesanato doméstico e arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregados;

IV - as associações de classe, associações religiosas, clubes esportivos, escolas primárias sem fins lucrativos, orfanatos e asilos;

V - os parques de diversões com entradas gratuitas;

§ 2º - A taxa de licença para localização também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

Artigo 14 - A licença para localização será devida desde que as condições de zoneamento, higiene, segurança do estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida, observados os requisitos da legislação Municipal.

§ 1º - Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento.

§ 2º - A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições de legitimidade que provocou a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

§ 3º - As licenças serão concedidas sob a forma de ALVARÁ, que deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização.

§ 4º - A taxa de localização será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município.

§ 5º - O Contribuinte comunicará à repartição fiscal, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data em que ocorrerem, a transferência, a qualquer título, a mudança de endereço, a alteração de sócios, o encerramento de atividades do estabelecimento, bem como quaisquer outras alterações dos dados anteriormente declarados, sob pena de ser multado em importância equivalente a 03 (três) ORTN' S do mês em que se der a comunicação.

Artigo 15 - A taxa de licença para localização é devida de acordo com a seguinte tabela, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º a 11, desta lei.

T A B E L A

NATUREZA DA ATIVIDADE	ALÍQUOTAS = PERCENTUAIS SOBRE O VALOR-REFERÊNCIA
1. INDÚSTRIA.....	50%
2. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	40%
3. COMÉRCIO.....	40%
4. ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	150%
5. DIVERSÕES PÚBLICAS.....	100%
6. PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS.....	20%
7. FEIRANTES.....	40%
8. QUAISQUER OUTRAS ATIVIDADES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, AGROPECUÁRIAS E FINANCEIRAS, NÃO INCLUÍDAS NESTA TABELA, ASSIM COMO QUAISQUER ESTABELECIMENTOS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE, DE MODO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO PRESTEM OS SERVIÇOS OU EXERÇAM AS ATIVIDADES CONSTANTES DA LISTA DE SERVIÇOS EM QUE RECAIAM O PAGAMENTO DE ISS, NÃO INCLUÍDOS NESTA TABELA.....	50%

Da taxa de licença para funcionamento
em horário normal e especial

Artigo 16 - Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à indústria, ao comércio, à prestação de serviços, ou a qualquer outra atividade, só poderá exercer suas atividades , em caráter permanente ou temporário, mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento anual da taxa de licença para funcionamento.

§ 1º - Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

§ 2º - A taxa de licença para funcionamento também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

Artigo 17 - As pessoas relacionadas no artigo anterior que queiram manter seus estabelecimentos abertos fora do horário normal, nos casos em que a lei o permitir só poderão iniciar suas atividades mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa correspondente.

Parágrafo Único - Considera-se horário especial o período correspondente aos domingos, dias santos e feriados, em qualquer horário, e, nos dias úteis, das 18 às 6 horas.

Artigo 18 - Para os estabelecimentos abertos em horário especial, a taxa de licença para funcionamento será acrescida das seguintes alíquotas:

I - domingos e feriados: 50% da taxa devida;
II - das 18 às 24 horas: 20% da taxa devida;
III - das 24 às 6 horas: 10% da taxa devida.

Artigo 19 - Os acréscimos constantes do artigo 18 não se aplicam às seguintes atividades:

I - impressão e distribuição de jornais;
II - serviços de transportes coletivos;
III - institutos de educação e de assistência social;
IV - farmácias, hospitais e congêneres.

Artigo 20 - A licença para funcionamento será concedida desde que observadas as condições constantes do poder de polícia administrativa do Município.

§ 1º - Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento ou no exercício da atividade.

§ 2º - A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

§ 3º - As licenças serão cOncedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização.

§ 4º - A taxa de licença para funcionamento é anual e será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, na seguinte conformidade:

I - total, se a atividade se iniciar no primeiro semestre;

II - pela metade, se a atividade se iniciar no segundo semestre.

Artigo 21 - Nos casos de atividades múltiplas, exercídas no mesmo estabelecimento, a taxa de licença para funcionamento será calculada e paga levando-se em consideração a atividade sujeita a maior ônus fiscal.

Artigo 22 - A taxa de licença para funcionamento é devida de' acordo com a seguinte tabela, e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada nos prazos e datas fixados no aviso de lançamento, aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º e 11, desta lei.

T A B E L A

NATUREZA DA ATIVIDADE	PERÍODO ANUAL	ALÍQUOTAS - PERCENTUAIS SOBRE O VALOR-REFERÊNCIA
1. INDÚSTRIA:		
a) até 10 empregados		150%
b) de 11 a 20 empregados		300%
c) de 21 a 50 empregados		600%
d) de 51 a 100 empregados		1.200%
e) acima de 101 empregados		2.400%

2. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA:	
a) até 10 empregados.....	50%
b) de 11 a 20 empregados.....	100%
c) de 21 a 50 empregados.....	200%
d) de 51 a 100 empregados.....	400%
e) acima de 101 empregados....	600%
3. COMÉRCIO:	
I - Supermercados, Panificadoras, churrascarias, restaurantes e mercadinhos.....	350%
II - Venda de gêneros alimentícios em geral (emporios, mercearias e estabelecimentos de pequeno porte).....	200%
III - Bar com bilhar e quaisquer outros jogos de mesa, exceto jogo carteado.....	60%
IV - Bares.....	40%
V - Lanchonetes.....	50%
VI - Bancas de jornais e revistas.....	20%
VII - Açougues e quitandas....	30%
4. ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO DE SEGUROS, DE CAPITALIZAÇÃO E SIMILARES.	450%
5. HOTÉIS, PENSÕES E SIMILARES.....	200%
6. MOTÉIS - por apartamento..	50%
7. DRIVE-IN's - por box.....	10%
8. DIVERSÕES PÚBLICAS:	
I - bailes e festas.....	150%
II - cinemas e teatros...	100%

III	- restaurantes dançantes, boates e similares.....	120%
IV	- bilhares e quaisquer outros jogos de mesa - por mesa...	20%
V	- boliches - por pista.....	60%
VI	- tiro ao alvo - por arma....	100%
VII	- exposições, feiras e quermesses.....	50%
VIII	- circos e parques de diversões não incluídos nos ítens anteriores.....	50%
IX	- competições esportivas.....	50%
X	- quaisquer espetáculos ou diversões não incluídas nos ítens anteriores.....	25%
9.	REPRESENTANTES COMERCIAIS AUTÔNOMOS, CORRETORES, DESPACHANTES, AGENTES E PREBOSTOS EM GERAL, MEDIADORES DE NEGÓCIOS E OUTROS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS.....	30%
10.	ARMAZÉNS GERAIS, FRIGORÍFICOS, SILOS, GUARDA-MÓVEIS.....	300%
11.	ESTACIONAMENTOS DE VEÍCULOS.....	50%
12.	ESTACIONAMENTO DE TAXIS (POR UNIDADE)	20%
13.	ESTÚDIOS FOTOGRÁFICOS, CINEMATOGRÁFICOS E DE GRAVAÇÃO.....	50%
14.	CASAS DE LOTERIA.....	100%
15.	OFICINA DE CONSERTOS EM GERAL.....	50%
16.	POSTOS DE SERVIÇO PARA VEÍCULOS, / DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS, EXPLOSI-/ VOS E SIMILARES.....	100%

17.	TINTURARIAS E LAVANDERIAS...	50%
18.	SALÕES DE ENGRAXATES.....	25%
19.	BARBEARIAS, SALÕES DE BELEZA, ESTABELECIMENTOS DE BANHOS, DUCHAS, MASSAGENS, GINÁSTICAS E CONGÊNERES.....	25%
20.	ENSINO DE QUALQUER GRAU OU NATUREZA.....	100%
21.	LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS E ELETRICIDADE MÉDICA.	200%
22.	HOSPITAIS, SANATÓRIOS, AMBULATÓRIOS, PRONTO-SOCORROS , CASAS DE SAÚDE E CONGÊNERES.	300%
23.	FEIRANTES:	
	I - venda de produtos alimentícios em geral....	100%
	II - venda de produtos de limpeza e higiene.....	100%
	III - venda de outros produtos.....	50%
24.	QUAISQUER OUTRAS ATIVIDADES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, AGROPECUÁRIAS E FINANCEIRAS, NÃO INCLUÍDAS NESTA TABELA, ASSIM COMO QUAISQUER ESTABELECIMENTOS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE, DE MODO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO , PRESTEM OS SERVIÇOS OU EXERÇAM AS ATIVIDADES CONSTANTES DA LISTA DE SERVIÇOS EM QUE RECAIAM O PAGAMENTO DE ISS, NÃO INCLUÍDOS NESTA TABELA.....	70%

Da taxa de licença para o exercício
da atividade de comércio ambulante.

Artigo 23 - Qualquer pessoa que queira exercer o comércio ambulante poderá fazê-lo mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa de licença de comércio ambulante.

§ 1º - Considera-se comércio ambulante o exercício individualmente, sem estabelecimento, instalações ou localizações fixas, com característica eminentemente não sedentária.

§ 2º - A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, sempre que houver qualquer modificação nas características do exercício da atividade.

Artigo 24 - Ao comerciante ambulante, que satisfizer as exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais de sua inscrição, a ser apresentado quando solicitado.

Artigo 25 - Respondem pela taxa de licença de comércio ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

Artigo 26 - Estão isentos da taxa de licença de comércio ambulante os portadores de deficiência física e os vendedores de livros, jornais, revistas e os engraxates.

Artigo 27 - A taxa de licença de comércio ambulante é anual, mensal ou diária e será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do artigo 29.

Parágrafo Único - A taxa de licença de comércio ambulante, quando anual, será recolhida na seguinte conformidade:

I - total, se a atividade se iniciar no primeiro semestre;

II - pela metade, se a atividade se iniciar no segundo semestre.

Artigo 28 - A licença para o comércio eventual ou ambulante poderá ser cassada e determinada a proibição do seu exercício, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumpriu as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do exercício de sua atividade.

Artigo 29 - A taxa de licença de comércio ambulante é devida de acordo com a seguinte tabela, e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º a 11, desta Lei.

NATUREZA DA ATIVIDADE	Por dia	Por mês	Por ano
1. gêneros alimentícios.....	5%	15%	50%
2. artigos para fumantes.....	6%	25%	70%
3. louças, ferragens, artigos plásticos e congêneres.....	5%	25%	70%
4. jóias, relógios e congêneres..	5%	25%	70%
5. bijuterias.....	5%	25%	70%
6. roupas feitas e armarinhos....	5%	30%	80%
7. redes, tapetes e congêneres...	5%	30%	80%
8. outras atividades.....	5%	25%	70%

Parágrafo Único - No caso de atividades múltiplas, exercidas pela mesma pessoa, a taxa de licença do comércio ambulante será calculada e paga, levando-se em consideração a atividade sujeita ao maior ônus fiscal.

Da taxa de licença para execução de obras particulares

Artigo 30 - Qualquer pessoa física ou jurídica que queira construir, reconstruir, reformar, reparar, acrescer ou

demolir edifícios, casas, edículas, muros, grades, guias e sarjetas, assim como proceder ao parcelamento do solo urbano, à colocação de tapumes ou andaimes, e quaisquer outras obras em imóveis, está sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para execução de obras.

§ 1º - A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação urbanística aplicável.

§ 2º - A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

Artigo 31 - Estão isentas dessa taxa:

I - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;

II - a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obra já licenciada pela Prefeitura.

Artigo 32 - A taxa de licença para execução de obra é devida de acordo com a seguinte tabela e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º a 11 desta lei.

TABELA

NATUREZA DAS OBRAS	ALÍQUOTA - PERCENTUAL SOBRE O VALOR-DE-REFERÊNCIA (VR)		
1. OBRAS DE:	Construção	Reforma	Ampliação
a) edifícios ou casas até dois pavimentos, por m^2 de área construída.....	0,40%	0,30%	0,20%
b) edifícios ou casas com mais de dois pavimentos, por m^2 de área construída.....	0,60%	0,50%	0,40%
c) dependência em prédios residenciais, por m^2 de área construída.....	0,30%	0,20%	0,10%

d) dependências em quaisquer outros prédios, para quaisquer finalidades, por m2 de área construída.....	0,20%	0,10%	0,05%
e) barracões e galpões, por m2 de área construída.....	0,30%	0,20%	0,10%
f) fachadas e muros, por metro linear.....	0,30%	0,30%	0,30%
g) marquises, cobertas e tapumes, por metro linear.....	0,70%	0,60%	0,50%
h) reparos e demolições, por m2.....		0,20%	
i) execução, colocação ou remoção de bomba de gasolina, chaminé ou reservatório, enterrado ou elevado, para uso não residencial.....		0,50%	
j) Loteamentos de áreas, excetuando-se as destinadas a logradouros públicos, vielas e sistemas de recreio - Por m2.....		0,40%	
l) Divisão de áreas voltadas para logradouros públicos oficiais.....		0,05%	
m) Desmembramento de área de porção maior: por m2 de área desmembrada.....		0,10%	
n) Remanejamento de lotes em loteamentos já aprovados: por m2 de área remanejada.....		0,08%	
2. DIVERSAS:			
a) Alvará de licença, expedido		10,00%	
b) Alvará para loteamento....		100,00%	

c) Alvará para divisão, desmembramento ou remanejamento de lotes.....	50,00%
d) Vistoria em área urbana...	10,00%
e) Vistoria em bairros isolados.....	15,00%
f) Vistoria em outras áreas..	20,00%
g) Alinhamento. Por metro linear.....	5,00%
h) Nivelamento. Por metro linear.....	5,00%
i) Concessão de Habite-se.Por unidade: Residencial.....	10,00%
Comercial.....	70,00%
Industrial.....	120,00%
j) Numeração de prédios. Por unidade.....	10,00%
3. OBRAS NO CEMITÉRIO:	
a) Construção de túmulos de luxo.....	30,00%
b) Construção de túmulos comuns.....	10,00%
c) Construção de canteiros, gavetas e pequenas reformas.....	5,00%
4. QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTA TABELA:	
a) por metro linear.....	5,00%
b) por metro quadrado.....	2,00%

Da taxa de licença
para publicidade

Artigo 33 - A publicidade levada a efeito através de quaisquer instrumentos de divulgação ou comunicação de todo tipo ou espécie, processo ou forma, inclusive as que contiverem

apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades, mesmo aqueles fixados em veículos, fica sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para publicidade.

Artigo 34 - Respondem pela observância das disposições desta seção todas as pessoas, físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar.

Artigo 35 - O pedido de licença deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo Único - Quando o local em que se pretender colocar anúncio não for de propriedade do requerente, deverá esse juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

Artigo 36 - Nos instrumentos de divulgação ou comunicação deverá constar, obrigatoriamente, o número de identificação fornecido pela repartição competente.

Artigo 37 - A publicidade escrita fica sujeita a revisão da repartição competente.

Artigo 38 - A taxa de licença para publicidade é devida de acordo com a seguinte tabela e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º a 11 desta lei.

T A B E L A

ESPÉCIE DE PUBLICIDADE	Períodos e Alíquotas Percentuais sobre o Valor-de-Referência (VR)
1. Publicidade relativa a atividade exercida no local, afixada na parte externa ou interna de esta	

belecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros - Qualquer espécie ou quantidade..... 25%

2. Publicidade de terceiros, afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros - Qualquer espécie ou quantidade, por interessado na publicidade... 35%

3. Publicidade:

3.1 - no interior de veículos de uso público não destinado à publicidade como ramo de negócio- Qualquer espécie ou quantidade, por anunciante..... 30%

3.2 - em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, sonoro ou escrita, na parte externa - Qualquer espécie ou quantidade, por anunciante..... 40%

3.3 - em cinemas, teatros, circos, boates e similares, por meio de projeção de filmes ou dispositivos - Qualquer quantidade, por anunciante..... 20%

3.4- em vitrines, "stands", vestíbulos e outras dependências de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de prestação de serviços e outros, para divulgação de produtos ou serviços estranhos ao ramo de atividade do contribuinte - por anunciante..... 20%

4. Publicidade em placas, painéis, cartazes, letreiros, tabuletas, faixas e similares, colocados em terrenos, tapumes, platibandas, andaimes, muros, telhados, paredes, terraços, jardins, cadeiras, bancos, toldos, mesas, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais - Por anunciante:

a) Até 2 m2..... 20%
b) De 2 m2 até 6 m2..... 30%
c) Acima de 6 m2..... 50%

5. Publicidade por meio de projeção de filmes, diapositivos ou similares, em vias ou logradouros públicos - Qualquer quantidade, por anunciante..... 10%

Artigo 39 - Estão isentos da taxa de licença para publicidade, se o seu conteúdo não tiver caráter publicitário:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais, em qualquer caso;

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;

III - tabuletas indicativas de hospitais, casas de saúde, ambulatórios e pronto-socorros;

IV - placas colocadas nos vestíbulos de edifícios, nas portas de consultórios, de escritórios e de residências, identificando profissionais liberais, sob a condição de que contenham apenas o nome e a profissão do interessado, e não tenham dimensões superiores a 40 cm x 15 cm;

V - placas indicativas, nos locais de construção, dos nomes de firmas, engenheiros e arquitetos responsáveis pelos projetos ou execução de obras particulares ou públicas.

Artigo 40 - A publicidade deve ser mantida em bom estado de conservação e em perfeitas condições de segurança, sob pena de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor da taxa de licença para publicidade e cassação da licença.

Artigo 41 - O valor de Referência para efeito de cobrança das taxas a que se refere esta lei é o vigente no Município a 1º de janeiro ao exercício a que se referir o lançamento.

Artigo 42 - O Poder Executivo poderá, através de Decreto, regulamentar esta lei no todo ou em parte, se necessário.

Artigo 43 - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1986, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tremembé, aos 27 de dezembro de 1985.

ANTONIO CARLOS FERREIRA
Presidente

ZUELITON DE OLIVEIRA
1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— C. E. P. 12.120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.415, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1985.

"Das Taxas decorrentes do efetivo exercício do Poder de Polícia Administrativa".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

Do fato gerador e do contribuinte

ARTIGO 1º - As taxas de licença têm como fato gerador o efetivo exercício regular do poder de polícia administrativa do Município, mediante a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias e outros atos administrativos.

ARTIGO 2º - Considera-se exercício do poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

§ 1º - Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com a observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

§ 2º - O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do Município, dependentes, nos termos desta lei, de prévia licença da Prefeitura.

ARTIGO 3º - As taxas de licença serão devidas para:

I - localização;

II - fiscalização de funcionamento em horário normal e especial;

III - exercício da atividade do comércio ambulante;

IV - execução de obras particulares;

V - publicidade.

ARTIGO 4º - O contribuinte das taxas de licença é a pessoa física ou jurídica que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do artigo 1º.

Da base de cálculo e da alíquota.

ARTIGO 5º - A base de cálculo das taxas de polícia administrativa do Município é o custo estimado da atividade despendida com o exercício regular do poder de polícia.

ARTIGO 6º - O cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa será procedido com base nas tabelas que acompanham cada espécie tributária a seguir, levando-se em conta os períodos, critérios e alíquotas nelas indicadas.

Da Inscrição.

ARTIGO 7º - Ao requerer a licença, o contribuinte fornecerá à Prefeitura os elementos e informações necessárias à sua inscrição no Cadastro Fiscal.

Do Lançamento.

ARTIGO 8º - As taxas de licença podem ser lançadas isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas dos avisos-recibos constarão, obrigatóriamente, os elementos distintos de cada tributo e os respectivos valores.

Da Arrecadação.

ARTIGO 9º - As taxas de licença serão arrecadadas antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos

ao poder de polícia administrativa do Município, mediante guia oficial preenchida pelo contribuinte, observando-se os prazos estabelecidos nesta lei.

Das Penalidades.

ARTIGO 10 - O contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos, sujeitos ao poder de polícia do Município e dependentes de prévia licença, sem a autorização da Prefeitura, e sem o pagamento da respectiva taxa de licença, ficará sujeito:

I - correção monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal, para a atualização dos créditos tributários;

II - à multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente;

III - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre o valor originário.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao contribuinte reincidente será imposta a multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor corrigido da taxa devida, com as demais cominações deste artigo.

Da Isenção.

ARTIGO 11 - São isentos do pagamento da taxa de licença:

I - os vendedores ambulantes de Jornais e Revistas;

II - os engraxates ambulantes;

III - os vendedores de artigos de artesanato doméstico e arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregados;

IV - as associações de classe, associações religiosas, clubes esportivos, escolas primárias sem fins lucrativos, orfanatos e asilos;

V - os parques de diversões com entradas gratuitas;

VI - os dizeres indicativos, relativos a:

a) hospitais, casas de saúde e congêneres, colégios, sítios, chácaras e fazendas, firmas, engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto ou execução de obras, quando nos locais dessas;

b) propaganda eleitoral, política, atividade Sindical, culto religioso e atividades da Administração Pública;

VII - os cegos mutilados e os incapazes permanentemente que exerçam o comércio eventual ou ambulante em terrenos, vias e logradouros públicos.

ARTIGO 12 - As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para a sua concessão, que deve ser apresentado até o último dia útil do mês de dezembro de cada exercício, sob pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte.

PARÁGRAFO ÚNICO - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se àquela documentação.

Da taxa de licença para localização.

ARTIGO 13 - Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à indústria, ao comércio, à prestação de serviços, ou a qualquer outra atividade, em caráter permanente ou temporário, só poderá instalar-se mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa de licença para localização.

§ 1º - Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, e especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

§ 2º - A taxa de licença para localização também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

ARTIGO 14 - A licença para localização será devida desde que as condições de zoneamento, higiene, segurança do estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida, observados os requisitos da legislação Municipal.

§ 1º - Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento.

§ 2º - A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições de legitimidade que provocou a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

§ 3º - As licenças serão concedidas sob a forma de ALVARÁ, que deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização.

§ 4º - A taxa de localização será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município.

§ 5º - O Contribuinte comunicará à repartição fiscal, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data em que ocorrerem, a transferência, a qualquer título, a mudança de enderêço, a alteração de sócios, o encerramento de atividades do estabelecimento, bem como quaisquer outras alterações dos dados anteriormente declarados, sob pena de ser multado em importância equivalente a 03 (três) ORTN'S do mês em que se der a comunicação.

ARTIGO 15 - A taxa de licença para localização é devida de acordo com a seguinte tabela, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se , quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º a 11, desta lei.

T A B E L A

NATUREZA DA ATIVIDADE	ALÍQUOTAS - PERCENTUAIS SOBRE O VALOR-REFERÊNCIA
1. INDÚSTRIA.....	50%
2. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	40%
3. COMÉRCIO.....	40%
4. ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	150%
5. DIVERSÕES PÚBLICAS.....	100%
6. PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS.....	20%
7. FEIRANTES.....	40%
8. QUAISQUER OUTRAS ATIVIDADES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, AGROPECUÁRIAS E FINANCEIRAS, NÃO INCLUÍDAS NESTA TABELA, ASSIM COMO QUAISQUER ESTABELECIMENTOS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE, DE MODO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO PRESTEM OS SERVIÇOS OU EXERÇAM AS ATIVIDADES CONSTANTES DA LISTA DE SERVIÇOS EM QUE RECAIAM O PAGAMENTO DE ISS, NÃO INCLUÍDOS NESTA TABELA.....	50%

Da taxa de licença para funcionamento
em horário normal e especial

ARTIGO 16 - Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à indústria, ao comércio, à prestação de serviços, ou a qualquer outra atividade, só poderá exercer suas atividades, em caráter permanente ou temporário, mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento anual da taxa de licença para funcionamento.

§ 1º - Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

§ 2º - A taxa de licença para funcionamento também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

ARTIGO 17 - As pessoas relacionadas no artigo anterior que queiram manter seus estabelecimentos abertos fora do horário normal, nos casos em que a lei o permitir só poderão iniciar suas atividades mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa correspondente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se horário especial o período correspondente aos domingos, dias santos e feriados, em qualquer horário, e, nos dias úteis, das 18 às 6 horas.

ARTIGO 18 - Para os estabelecimentos abertos em horário especial, a taxa de licença para funcionamento será acrescida das seguintes alíquotas:

I - domingos e feriados: 50% da taxa devida;
II - das 18 às 24 horas: 20% da taxa devida;
III - das 24 às 6 horas: 10% da taxa devida.

ARTIGO 19 - Os acréscimos constantes do artigo 18 não se aplicam às seguintes atividades:

I - impressão e distribuição de jornais;
II - serviços de transportes coletivos;
III - institutos de educação e de assistência social;
IV - farmácias, hospitais e congêneres.

ARTIGO 20 - A licença para funcionamento será concedida desde que observadas as condições constantes do poder de polícia administrativa do Município.

§ 1º - Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento ou no exercício da atividade.

§ 2º - A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do estabelecimento.

§ 3º - As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso à fiscalização.

§ 4º - A taxa de licença para funcionamento é anual e será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, na seguinte conformidade:

I - total, se a atividade se iniciar no primeiro semestre;

II - pela metade, se a atividade se iniciar no segundo semestre.

ARTIGO 21 - Nos casos de atividades múltiplas, exercidas no mesmo estabelecimento, a taxa de licença para funcionamento será calculada e paga levando-se em consideração a atividade sujeita a maior ônus fiscal.

ARTIGO 22 - A taxa de licença para funcionamento é devida de acordo com a seguinte tabela, e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada nos prazos e datas fixados no aviso de lançamento, aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º a 11, desta lei.

T A B E L A

NATUREZA DA ATIVIDADE	PERÍODO ANUAL	ALÍQUOTAS - PERCENTUAIS SOBRE O VALOR-REFERÊNCIA
1. INDÚSTRIA:		
a) até 10 empregados		150%
b) de 11 a 20 empregados		300%
c) de 21 a 50 empregados		600%
d) de 51 a 100 empregados		1.200%
e) acima de 101 empregados		2.400%

2.	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA:	
	a) até 10 empregados.....	50%
	b) de 11 a 20 empregados.....	100%
	c) de 21 a 50 empregados.....	200%
	d) de 51 a 100 empregados.....	400%
	e) acima de 101 empregados....	600%
3.	COMÉRCIO:	
	I - Supermercados, Panificadoras, churrascarias, restaurantes e mercadinhos.....	350%
	II - Venda de gêneros alimentícios em geral (emporios, mercearias e estabelecimentos de pequeno porte).....	200%
	III - Bar com bilhar e quaisquer outros jogos de mesa, exceto jogo carteado.....	60%
	IV - Bares.....	40%
	V - Lanchonetes.....	50%
	VI - Bancas de jornais e revistas.....	20%
	VII - Açougues e quitandas...	30%
4.	ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO DE SEGUROS, DE CAPITALIZAÇÃO E SIMILARES.....	450%
5.	HOTÉIS, PENSÕES E SIMILARES...	200%
6.	MOTÉIS - por apartamento.....	50%
7.	DRIVE-IN's - por box.....	10%
8.	DIVERSÕES PÚBLICAS:	
	I - bailes e festas.....	150%
	II - cinemas e teatros.....	100%

III	- restaurantes dançantes, boates e similares.....	120%
IV	- bilhares e quaisquer outros jogos de mesa - por mesa...	20%
V	- boliches - por pista.....	60%
VI	- tiro ao alvo - por arma....	100%
VII	- exposições, feiras e quermesses.....	50%
VIII	- circos e parques de diversões não incluídos nos itens anteriores.....	50%
IX	- competições esportivas.....	50%
X	- quaisquer espetáculos ou diversões não incluídas nos itens anteriores.....	25%
9.	REPRESENTANTES COMERCIAIS AUTÔNOMOS, CORRETORES, DESPACHANTES, CORRETORES, DESPACHANTES, AGENTES E PREPOSTOS EM GERAL, MEDIADORES DE NEGÓCIOS E OUTROS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS.....	30%
10.	ARMAZÉNS GERAIS, FRIGORÍFICOS, SILOS, GUARDA-MÓVEIS.....	300%
11.	ESTACIONAMENTOS DE VEÍCULOS.....	50%
12.	ESTACIONAMENTO DE TAXIS (POR UNIDADE).....	20%
13.	ESTÚDIOS FOTOGRÁFICOS, CINEMATOGRÁFICOS E DE GRAVAÇÃO.....	50%
14.	CASAS DE LOTERIA.....	100%
15.	OFICINA DE CONSERTOS EM GERAL....	50%
16.	POSTOS DE SERVIÇO PARA VEÍCULOS, DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS, EXPLOSIVOS E SIMILARES.....	100%

17.	TINTURARIAS E LAVANDERIAS...	50%
18.	SALÕES DE ENGRAXATES.....	25%
19.	BARBEARIAS, SALÕES DE BELEZA, ESTABELECIMENTOS DE BANHOS, DUCHAS, MASSAGENS, GINÁSTICAS E CONGÊNERES.....	25%
20.	ENSINO DE QUALQUER GRAU OU NATUREZA.....	100%
21.	LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS E ELETRICIDADE MÉDICA.	200%
22.	HOSPITAIS, SANATÓRIOS, AMBULATÓRIOS, PRONTO-SOCORROS, CASAS DE SAÚDE E CONGÊNERES.	300%
23.	FEIRANTES:	
	I - venda de produtos alimentícios em geral....	100%
	II - venda de produtos de limpeza e higiene.....	100%
	III - venda de outros produtos.....	50%
24.	QUAISQUER OUTRAS AATIVIDADES COMERCIAIS, INDÚSTRIAIS, AGROPECUÁRIAS E FINANCEIRAS, NÃO INCLUÍDAS NESTA TABELA, ASSIM COMO QUAISQUER ESTABELECIMENTOS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE, DE MODO PERMANENTE OU TEMPORÁRIO, PRESTEM OS SERVIÇOS OU EXERÇAM AS ATIVIDADES CONSTANTES DA LISTA DE SERVIÇOS EM QUE RECAIAM O PAGAMENTO DE ISS, NÃO INCLUÍDOS NESTA TABELA.....	70%

Da taxa de licença para o exercício da atividade de comércio ambulante.

ARTIGO 23 - Qualquer pessoa que queira exercer o comércio ambulante poderá fazê-lo mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa de licença de comércio ambulante.

§ 1º - Considera-se comércio ambulante o exercido individualmente, sem estabelecimento, instalações ou localização fixa, com característica eminentemente não sedentária.

§ 2º - A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, sempre que houver qualquer modificação nas características do exercício da atividade.

ARTIGO 24 - Ao comerciante ambulante, que satisfizer as exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais de sua inscrição, a ser apresentado, quando solicitado.

ARTIGO 25 - Respondem pela taxa de licença de comércio ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

ARTIGO 26 - Estão isentos da taxa de licença de comércio ambulante os portadores de deficiência física e os vendedores de livros, jornais, revistas e os engraxates.

ARTIGO 27 - A taxa de licença de comércio ambulante é anual, mensal ou diária e será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do artigo 29.

PARÁGRAFO ÚNICO - A taxa de licença de comércio ambulante, quando anual, será recolhida na seguinte conformidade:

I - total, se a atividade se iniciar no primeiro semestre;

II - pela metade, se a atividade se iniciar no segundo semestre.

ARTIGO 28 - A licença para o comércio eventual ou ambulante poderá ser cassada e determinada a proibição do seu exercício, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumpriu as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do exercício de sua atividade.

ARTIGO 29 - A taxa de licença de comércio ambulante é devida de acordo com a seguinte tabela, e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º a 11, desta Lei.

NATUREZA DA ATIVIDADE	Por dia	Por mês	Por ano
1. gêneros alimentícios.....	5%	15%	50%
2. artigos para fumantes.....	6%	25%	70%
3. louças, ferragens, artigos plásticos e congêneres.....	5%	25%	70%
4. jóias, relógios e congêneres....	5%	25%	70%
5. bijuterias.....	5%	25%	70%
6. roupas feitas e armarinhos.....	5%	30%	80%
7. redes, tapetes e congêneres.....	5%	30%	80%
8. outras atividades.....	5%	25%	70%

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de atividades múltiplas, exercidas pela mesma pessoa, a taxa de licença do comércio ambulante será calculada e paga, levando-se em consideração a atividade sujeita ao maior ônus fiscal.

Da taxa de licença para execução
de obras particulares

ARTIGO 30 - Qualquer pessoa física ou jurídica que queira construir, reconstruir, reformar, reparar, acrescer ou

demolir edifícios, casas, edículas, muros, grades, guias e sarjetas, assim como proceder ao parcelamento do solo urbano, à colocação de tapumes ou andaimes, e quaisquer outras obras em imóveis, está sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para execução de obras.

§ 1º - A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação urbanística aplicável.

§ 2º - A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

ARTIGO 31 - Estão isentas dessa taxa:

I - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;

II - a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obra já licenciada pela Prefeitura.

ARTIGO 32 - A taxa de licença para execução de obra é devida de acordo com a seguinte tabela e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º a 11, desta Lei.

T A B E L A

NATUREZA DAS OBRAS	ALÍQUOTA - PERCENTUAL SOBRE O VALOR-DE-REFERÊNCIA (VR)		
1. OBRAS DE:	Construção	Reforma	Ampliação
a) edifícios ou casas até dois pavimentos, por m2 de área construída.....	0,40%	0,30%	0,20%
b) edifícios ou casas com mais de dois pavimentos, por m2 de área construída.....	0,60%	0,50%	0,40%
c) dependência em prédios residenciais, por m2 de área construída.....	0,30%	0,20%	0,10%

d) dependências em quaisquer outros prédios, para quaisquer finalidades, por m2 de área construída.....	0,20%	0,10%	0,05%
e) barracões e galpões, por m2 de área construída.....	0,30%	0,20%	0,10%
f) fachadas e muros, por metro linear.....	0,30%	0,30%	0,30%
g) marquises, cobertas e tapumes, por metro linear.....	0,70%	0,60%	0,50%
h) reparos e demolições, por m2.....		0,20%	
i) execução, colocação ou remoção de bomba de gasolina, chaminé ou reservatório, enterrado ou elevado, para uso não residencial.....		0,50%	
j) Loteamentos de áreas, excetuando-se as destinadas a logradouros públicos, vielas e sistemas de recreio - Por m2.....		0,40%	
l) Divisão de áreas voltadas para logradouros públicos oficiais.....		0,05%	
m) Desmembramento de área de porção maior: Por m2 de área desmembrada.....		0,10%	
n) Remanejamento de lotes em loteamentos já aprovados: Por m2 de área remanejada.....		0,08%	

2. DIVERSAS:

a) Alvará de licença, expedido..	10,00%
b) Alvará para loteamento.....	100,00%

c) Alvará para divisão, desmembramento ou remanejamento de lotes.....	50,00%
d) Vistoria em área urbana...	10,00%
e) Vistoria em bairros isolados.....	15,00%
f) Vistoria em outras áreas..	20,00%
g) Alinhamento. Por metro linear.....	5,00%
h) Nivelamento. Por metro linear.....	5,00%
i) Concessão de Habite-se.Por unidade: Residencial.....	10,00%
Comercial.....	70,00%
Industrial.....	120,00%
j) Numeração de prédios. Por unidade.....	10,00%
3. OBRAS NO CEMITÉRIO:	
a) Construção de túmulos de luxo.....	30,00%
b) Construção de túmulos comuns.....	10,00%
c) Construção de canteiros, gavetas e pequenas reformas.....	5,00%
4. QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTA TABELA:	
a) por metro linear.....	5,00%
b) por metro quadrado.....	2,00%

Da taxa de licença
para publicidade

ARTIGO 33 - A publicidade levada a efeito através de quaisquer instrumentos de divulgação ou comunicação de todo tipo ou espécie, processo ou forma, inclusive as que contiverem

apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades, mesmo aqueles fixados em veículos, fica sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para publicidade.

ARTIGO 34 - Respondem pela observância das disposições desta seção todas as pessoas, físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar.

ARTIGO 35 - O pedido de licença deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando o local em que se pretender colocar anúncio não for de propriedade do requerente, deverá esse juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

ARTIGO 36 - Nos instrumentos de divulgação ou comunicação deverá constar, obrigatoriamente, o número de identificação fornecido pela repartição competente.

ARTIGO 37 - A publicidade escrita fica sujeita a revisão da repartição competente.

ARTIGO 38 - A taxa de licença para publicidade é devida de acordo com a seguinte tabela e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se quando cabíveis, as disposições dos artigos 8º a 11, desta Lei.

T A B E L A

ESPÉCIE DE PUBLICIDADE	Períodos e Alíquotas Percentuais sobre o Valor-de-Referência (VR)
1. Publicidade relativa a atividade exercida no local, afixada na parte externa ou interna de esta	

belecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros - Qualquer espécie ou quantidade..... 25%

2. Publicidade de terceiros, afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros - Qualquer espécie ou quantidade, por interessado na publicidade... 35%

3. Publicidade:

3.1 - no interior de veículos de uso público não destinado à publicidade como ramo de negócio -Qualquer espécie ou quantidade, por anunciante..... 30%

3.2 - em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, sonora ou escrita, na parte externa - Qualquer espécie ou quantidade, por anunciante..... 40%

3.3 - em cinemas, teatros, circos, boates e similares, por meio de projeção de filmes ou diapositivos - Qualquer quantidade, por anunciante..... 20%

3.4 - em vitrines, "stands", vestíbulos e outras dependências de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de prestação de serviços e outros, para a divulgação de produtos ou serviços estranhos ao ramo de atividade do contribuinte - Qualquer espécie ou quantidade, por anunciante..... 20%

4. Publicidade em placas, painéis, cartazes, letreiros, tabuletas, faixas e similares, colocados em terrenos, tapumes, platibandas, andaimes, muros, telhados, paredes, terraços, jardins, cadeiras, bancos, toldos, mesas, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais - Por anunciante:

a) Até 2 m2..... 20%

b) De 2 m2 até 6 m2..... 30%

c) Acima de 6 m2..... 50%

5. Publicidade por meio de projeção de filmes, diapositivos ou similares, em vias ou logradouros públicos - Qualquer quantidade, por anunciante..... 10%

ARTIGO 39 - Estão isentos da taxa de licença para publicidade, se o seu contéúdo não tiver caráter publicitário:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais, em qualquer caso;

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;

III - tabuletas indicativas de hospitais, casas de saúde, ambulatórios e pronto-socorros;

IV - placas colocadas nos vestíbulos de edifícios, nas portas de consultórios, de escritórios e de residências, identificando profissionais liberais, sob a condição de que contenham apenas o nome e a profissão do interessado, e não tenham dimensões superiores a 40 cm x 15 cm;

V - placas indicativas, nos locais de construção, dos nomes de firmas, engenheiros e arquitetos responsáveis pelos projetos ou execução de obras particulares ou públicas.

ARTIGO 40 - A publicidade deve ser mantida em bom estado de conservação e em perfeitas condições de segurança, sob pena de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor da taxa de licença para publicidade e cassação da licença.

ARTIGO 41 - O Valor de Referência para efeito de cobrança das taxas a que se refere esta lei é o vigente no Município, a 1º de janeiro do exercício a que se referir o lançamento.

ARTIGO 42 - O Poder Executivo poderá, através de Decreto, regulamentar esta lei no todo ou em parte, se necessário.

ARTIGO 43 - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1986, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 27 de dezembro de 1985.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 27 de dezembro de 1985.

Roberto Fernandes dos Santos
Resp./Exp. Secretaria Municipal